

# A INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR

CARLI, Gabriela De

ALBRECHT, Ana Rosa Massolin

## RESUMO

Este estudo teve como finalidade avaliar a inclusão do portador de necessidades especiais no sistema regular de ensino. Teve-se como objetivo identificar como os profissionais devem trabalhar com crianças especiais no cotidiano da escola comum, viabilizando a verdadeira inclusão, mas para isso tem-se a necessidade de focar este trabalho para mostrar algumas opiniões de autores sobre o desenvolvimento da Educação Especial. A cidadania se estabelece pela igualdade dos direitos e deveres, e pela oportunidade de exercê-los plenamente. A pesquisa teve como fonte referências bibliográficas qualitativas e para melhor entendimento do tema em conformidade com opiniões de vários autores que abordem tal tema. Constatou-se, que a Educação Especial se refere ao atendimento específico para pessoas portadoras de necessidades especiais em escolas específicas para alunos com necessidades especiais e a educação inclusiva é a inclusão de alunos com necessidades especiais em salas de aulas comuns. Com o intuito de contribuir para a reflexão de profissionais da área educacional e interessados, procurou-se explanar este de tema de forma mais aprofundada. Ao final deste estudo percebeu-se a importância da inclusão para que haja uma escola para todos. e interessados, procurou-se explanar este de tema de forma mais aprofundada.

**Palavras-chaves:** Inclusão; Educação Especial; Educação Inclusiva; Necessidades.

## 1 INTRODUÇÃO

Conhecer as diferentes maneiras pelas quais os sujeitos apresentam necessidades especiais, só toma sentido quando educadores e seus familiares oportunizam seu desenvolvimento, concebendo-as como pessoas humanas, com potenciais a serem descobertos e aprimorados, possibilitando assim, condições dignas de acesso, tanto à educação como à vida em sociedade.

A exclusão sempre ocorreu nas eras antigas e em alguns casos, ainda hoje encontrados em nosso meio e em vários lugares do mundo.

A integração dos portadores de necessidades educativas especiais no sistema de ensino regular é uma diretriz constitucional (art. 208, III), que faz parte da política governamental há pelo menos uma década.

Apesar desse longo período, as diretrizes não produziram a mudança necessária na realidade escolar, onde todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais sejam atendidos em escolas regulares ou comuns, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições pessoais, e também pela falta de profissionais especializados incluídos nas escolas para atender com apoio pedagógico e preparação necessária para acompanhar essas crianças, ou seja, uma ampliação na educação especial muito lenta, e em muitos casos escolas não preparadas fisicamente e funcionalmente para receber esses alunos.

Repensar na atual situação da educação especial inclusiva e tentar fazer dela, no sentido total da palavra e não parcial como temos visto, é o objetivo geral deste estudo.

Neste artigo objetivou-se identificar como os profissionais devem trabalhar com crianças especiais no cotidiano da escola comum, viabilizando a verdadeira inclusão, mas para isso sentiu-se a necessidade de focar este trabalho, para mostrar algumas opiniões de autores sobre o desenvolvimento da Educação Especial.

Buscou-se desenvolver um trabalho bibliográfico para assim, analisar as opiniões de vários autores sobre o assunto, e fazer um comparativo com a prática desenvolvida pelos profissionais que atuam nesta área.

O estudo foi relevante, pois ofereceu a possibilidade de traçar amplas reflexões acerca deste contexto político levado no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, na escola, tendo em vista que se vive numa sociedade preconceituoso e discriminatória, e assim o estudo pôde ser favorável à construção de reflexões que estimulem as mudanças.

## **2 EDUCAÇÃO ESPECIAL**

### **2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

As pessoas portadoras de deficiência, no decorrer dos tempos, foram consideradas de várias maneiras e sob diferentes aspectos, ou seja, foram consideradas conforme as concepções de homem e de sociedade, valores sociais, morais, religiosos e éticos, de cada período histórico.

A nossa história aponta políticas extremas de exclusão em relação à pessoa com deficiência, na sociedade. Tem-se diferentes relatos de formas de extermínio destes, pois eram considerados uma forma de atraso ou de maldição.

Na antiguidade estes seres humanos que exibiam um comportamento diferente foram associados à imagem do diabo, da feitiçaria, da bruxaria e do pecado, sendo igualmente isolados e exterminados.

Neste período, as pessoas com deficiência tinham um comportamento consequente de forças sobrenaturais.

No início do século XIX, aconteceu as iniciativas de recuperação ou remodelação da criança com deficiência, com o objetivo de “encaixá-la” à sociedade, num procedimento de socialização idealizado para abolir alguns de seus atributos negativos, reais ou imaginários.

A igreja, neste período, via nestas deficiências algo como uma maldição, o pecado cometido, havia a presença do bem e do mal, assim, este processo de remoldagem adotava formas estranhas, como práticas de expulsão de demônios.

Também no mesmo século, médicos e outros profissionais das ciências aplicavam-se ao estudo da deficiência. A medicina, então, torna-se uma aliada no estudo das deficiências.

A modificação resumiu-se à descoberta de patologias e, assim, as pessoas com deficiência permaneciam segregadas em instituições como asilos e hospitais, porém, agora com o objetivo de tratamento médico. Diga-se de passagem, tratamento nada convencional.

De tal modo, até o início do século XIX, a deficiência estava relacionada à incapacidade, e não havia nenhuma intenção em mudar este quadro. O abandono e a eliminação das pessoas com deficiência, eram atitudes normais nesta época.

A história da educação especial e inclusiva, no Brasil, é observada desde a antiguidade, onde várias culturas, crenças, idealismos marcaram o início de uma revolução e mudanças para a melhor adaptação destes na sociedade

No Brasil, houve na década de 60, uma explosão de instituições segregativas especializadas, eram as escolas especiais, centros de reabilitação, oficinas protegidas, entre outras. Esta expansão da educação especial no Brasil estava ligada ao atendimento clínico às pessoas com deficiência, e apresentava um caráter filantrópico em suas atividades.

A educação especial abrange uma grande diversidade de necessidades educativas especiais. O objetivo da Educação Especial é promover uma melhor qualidade de vida aos que necessitam de um atendimento mais adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social.

A educação especial apresenta alunos com vários níveis de educação escolar, desde a educação infantil, o ensino fundamental, o médio e até o superior, incluindo também a educação de jovens e adultos, a educação profissional e a indígena, onde cada nível deve estar preparado para atender de modo especial estes alunos, formando cidadãos inclusos, com muito cuidado, para em vez de incluir, excluir.

Para isso, a escola deve apresentar espaços físicos adequados, profissionais especializados, além de um trabalho voltado a diversidade e respeito às diferenças.

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas apresenta a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2001, p. 28).

A educação especial envolve todos os níveis de estudo e também todas as classes sociais, onde esses alunos especiais necessitam de acompanhamento para desenvolver seu potencial e necessitam que suas diferenças sejam respeitadas.

Com a Educação Especial o portador de necessidades especiais deve ser atendido nas classes regulares de ensino, formando assim uma educação inclusiva,

para que os alunos especiais tenham uma educação digna e merecedor de educação como os alunos considerados normais que não apresentam nenhuma necessidade especial.

A Educação Especial refere-se ao atendimento específico para pessoas portadoras de necessidades especiais em escolas específicas para alunos com necessidades especiais e a educação inclusiva são a inclusão de alunos com necessidades especiais em salas de aulas comuns.

A proposta de educação inclusiva foi deflagrada pela Declaração de Salamanca (1994), que proclamou, entre outros princípios, o direito de todos a educação, independentemente das diferenças individuais.

Isto posto que, estas mudanças só ocorreram quando demais pessoas, com o mesmo objetivo se juntaram em prol da melhor evolução da sociedade. Foram anos de lutas, estudos, entendimento para que leis fossem criadas, para que todos tivessem seu espaço na sociedade.

## **2.2 INTEGRAÇÃO ESCOLAR**

Ao final da década de 60, iniciou-se o movimento pela integração social, que planejava de acordo com Sasaki (1999, p. 31) “[...] inserir as pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer”, porém este processo foi mais vivenciado na década de 80.

Deste modo, a integração social nasceu da necessidade de introduzir na sociedade o indivíduo com deficiência, sem que a sociedade se transforme.

Na realidade, a pessoa com deficiência é quem deveria, então, estar preparada e capacitada para ser inserida no meio social.

Para tanto, buscava-se os métodos clínicos, para poder ensinar esta pessoa a socializar-se de maneira “normal”, como a sociedade estava organizada.

O procedimento de integração escolar foi um movimento intenso e determinante nas novas conquistas da educação inclusiva, entretanto, ele não atendia as premissas dos direitos das pessoas com deficiência, já que nada era

transformado na sociedade, nem suas estruturas, seus métodos e, principalmente, seu preconceito, pois ainda se acreditava na continuidade do método clínico de atendimento.

As práticas discriminatórias de nossa sociedade retratam esta história massacrante e limitante da pessoa com deficiência. A história segregativa no mundo e no Brasil age, hoje, como influenciadora da postura social que as pessoas tem.

O que fortaleceu os estigmas sociais e a rejeição, foi a ideia de as pessoas com deficiência poderiam ser ajudadas em ambientes segregados, excluídas do resto da sociedade. Estando fora do convívio social.

### **2.3 INCLUSÃO ESCOLAR**

A partir da década de 90, na Conferência de Jontiem, em 1990, e na Conferência Mundial de Educação Especial, ocorria em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha, que resultou na Declaração de Salamanca, surge então a Inclusão escolar, que veio para romper o paradigma educacional existente, a estrutura curricular fechada e a homogeneidade da escola.

As pessoas com deficiência estão sendo reconhecidas como cidadãos e aceitas na escola regular, após tantos anos de isolamento e segregação.

Neste sentido, Mittler (2003, p. 25) contribuiu para nossa reflexão, pois para ele a inclusão no campo educacional, “[...] envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola”.

Educar é ver no outro a possibilidade de transformação, e a inclusão social estimula uma mudança de atitude diante deste outro, esse que não é mais um indivíduo qualquer, e sim alguém que é essencial para a construção da sociedade que queremos formar.

De acordo com a Declaração da Salamanca (1994), qualquer pessoa portadora de necessidades especiais tem o direito de expressar conforme desejar, como também de ser consultada sobre a melhor maneira de aprender.

Segundo o texto da Constituição brasileira, em seu artigo 208, fica bem claro "o atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", percebemos que a política legislativa dá o direito igual a todos freqüentarem a escola.

É necessário perceber a mudança que já está ocorrendo nos sistemas de ensino e, conseqüentemente, influenciaram a sociedade como um todo. Preparar-se e preparar os alunos para a convivência harmoniosa e respeitosa uns com os outros é o importante papel da escola inclusiva.

Segundo Guimarães (2003), a escola inclusiva proporciona oportunidades de aprendizagem múltiplas a todos, mas não apenas aprendizagens acadêmicas, e sim aquelas que evidenciam à sensibilidade pela diversidade humana, a experiência com riqueza da diferença e ao desenvolvimento do espírito de colaboração, com isso, cabe a todos e ao coletivo da escola a responsabilidade de atender às necessidades especiais.

A inclusão, direcionada para a educação, traz consigo um objetivo, que é aceitar a diferença no contexto escolar e possibilitar seu acesso ao conhecimento.

[...] a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam a contribuição ativa de cada aluno para a formação de um conhecimento construído e partilhado – e, desta forma, atinge a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação (RODRIGUES, 2006, p. 302).

É importante reconhecer as diferenças, não para excluir, mas para promover a inclusão e possibilitar novas experiências.

A escola é levada a repensar seus valores, estabelecendo valores inclusivos e, assim, reestruturando sua avaliação, de modo a superar suas próprias barreiras para aprender com as diferenças e a aprender a responder às necessidades dos alunos. Com essa reavaliação de valores e práticas, a criança poderá freqüentar preferencialmente a sala de aula regular, com apoio adequado às necessidades, e o professor deverá ter

oportunidade para o desenvolvimento profissional, recebendo apoio apropriado. (PAN, 2008, p. 133-134)

O MEC/SEESP (2002) sugere um plano individualizado do aluno, construído pelo professor para sistematizar e orientar as adaptações necessárias à aprendizagem deste aluno. Este plano deve conter:

- Caracterização do aluno em seu processo de aprender;
- Descrição e caracterização do conjunto de suas necessidades educacionais especiais;
- A explicitação das adaptações de pequeno e grande porte que se mostram necessárias para atender às necessidades educacionais identificadas;
- Explicitação clara e objetiva das metas de trabalho (MEC/SEESP, 2002, p. 32)

A escola deve atuar na relação pedagógica para assegurar respostas educacionais por meio de serviços, recursos e metodologias em todas as etapas ou modalidades da Educação Básica, de qualidade às necessidades especiais do aluno, que dela necessitem para o seu sucesso escolar.

Os educadores devem estar preparados para atender esse alunado nas suas salas de aula em escolas comuns, pois a inclusão deve ser trabalhada com cuidado, para não excluir o aluno em vez de incluir.

O acesso a um tratamento diferenciado, adaptado às condições pessoais do estudante e que garanta igualdade de oportunidades implica oferecer possibilidades para que cada um possa desenvolver plenamente seus dons pessoais (SABATELLA, 2008, p. 175).

O profissional da educação deve estabelecer uma ação pedagógica adequada para não rotular estes alunos, e para isso deve-se ter muito cuidado para não prejudicar o desenvolvimento intelectual destas crianças, trabalharem as

necessidades educacionais, sociais e emocionais dentro do projeto político pedagógico.

A escola tem papel importante na socialização de alunos com necessidades especiais. Educação é um direito de todo o cidadão, cabe a escola estar preparada para receber este alunado e trabalhar de maneira inclusiva, para que ocorra a aprendizagem e a integração com alunos não especiais.

Incluir o aluno com necessidades especiais é integrar as atividades escolares em grupos com o intuito de trabalhar em grupo valorizando o potencial de cada indivíduo e incentivando a autonomia para a busca de conhecimento.

O papel da escola está em fornecer o conjunto de experiências educativas necessárias à reflexão abstrata sobre a realidade, sendo um espaço para experimentar conhecimentos, integrá-los a esquemas assimilativos existentes e utilizá-los em situações teóricas e práticas, enfatizando-se a aprendizagem ativa, apoiada em materiais concretos, e a interação em trabalhos em grupos. Há o incentivo à autonomia do aluno pela busca de fontes variadas de conhecimento e não só o saber do professor é valorizado, mas as elaborações do indivíduo ao longo de suas atividades. (ZILLOTTO, 2007, p. 29)

Trabalhar a diversidade é um desafio para a escolarização dos alunos com necessidades especiais, onde cada educando deve trabalhar para superar suas dificuldades e trabalhar suas potencialidades.

Cabe a escola através de seu currículo promover um planejamento que venha a estabelecer oportunidade para o desenvolvimento do processo de inclusão em suas salas de aula.

O compromisso em oferecer resposta à “diversidade das necessidades de aprendizagem dos alunos” e em superar as possíveis barreiras “à aprendizagem e à avaliação tanto do aluno quanto das turmas” é o desafio a ser enfrentado. Por um lado, a educação especial traz uma contribuição para a sala de aula por meio dos planos de educação individualizados. Por outro, a escola é levada a repensar seus valores, estabelecendo valores inclusivos e, assim, reestruturando sua organização, seu currículo, seu planejamento e sua avaliação, de modo a superar suas próprias barreiras para aprender com as diferenças e a aprender a responder às necessidades dos alunos. Com essa reavaliação de valores e práticas, a criança, poderá

freqüentar preferencialmente a sala de aula regular, com apoio adequado às suas necessidades, e o professor deverá ter oportunidade para o desenvolvimento profissional, recebendo apoio apropriado. (PAN, 2010, p. 133-134)

A Educação é um direito de todos e os profissionais desta é que devem mudar sua prática de ensino, prática esta que vem a responder as necessidades de todos os alunos, num currículo diferenciado e direcionada a todos.

Segundo a orientação das políticas da educação inclusiva, somos levados a pensar que a “educação para todos”, preferencialmente na rede regular de ensino, requer mudanças que extrapolam o nível técnico para instaurar seu eco nas práticas instituídas no cotidiano, que funcionam como verdadeiros alicerces da cultura escolar ou das formas simbólicas de relação. O fundamento da prática inclusiva representa uma expressão de boa prática para todos os alunos. Ela requer diferenciação do trabalho de sala de aula dentro do programa curricular comum, ajudando, contudo, a escola a responder às necessidades de todos os alunos. Assim, o projeto político pedagógico da escola a posiciona em relação ao seu compromisso com a educação de qualidade para todos os alunos, definindo em seu currículo opções por práticas heterogêneas e inclusivas. (PAN, 2010, p. 134)

A escola inclusiva deve reconhecer os direitos de seus educandos e respeitar a diversidade.

Respeitar a diversidade significa dar oportunidades para todos aprenderem os mesmos conteúdos, fazendo as adaptações necessárias. Porém, é preciso reconhecer que cada um aprende de uma forma e num ritmo próprio.

De acordo com Pan (2010, p. 136) “propor a educação inclusiva sem considerar a realidade de nossas escolas é, no mínimo, uma generalização que não condiz com a ética de respeito às diferenças – uma premissa básica da inclusão”.

De acordo com a autora a escola deve estar preparada para receber estes alunos, se a mesma não estiver vai acabar excluindo cada vez mais estes alunos especiais, a escola deve promover uma educação com apoio pedagógico necessário de acordo com as necessidades de cada um, e com um currículo adaptado para atender as necessidades destes alunos.

Não adianta ter um projeto de inclusão se não tiver profissionais preparados e apoio pedagógico necessário para este atendimento especial.

Acredita que a intervenção pedagógica na vida das crianças com algum tipo de deficiência seja fundamental e vê a escola como instituição social, um espaço privilegiado de desenvolvimento, que oportuniza saberes por meio das mediações significativas entre o professor-aluno e das trocas mediadas entre os colegas mais experientes, gerando a participação ativa na apropriação dos conhecimentos, de modo a possibilitar a sua inserção no plano sociocultural e exercer ação transformadora nas relações de produção (ZILLOTTO, 2007, p. 37).

A escola precisa estar organizada para receber todos os alunos, e para isso deve permitir alterações em seu currículo, adequando o mesmo de acordo com as necessidades educacionais que surgem no decorrer do período.

A medida que a escola possibilita inovações curriculares e permite que o aluno com necessidades educacionais especiais seja avaliado em suas competências, tomando como ponto de análise os seus próprios avanços e não como parâmetro a evolução da turma e à medida que possibilita ouvi-lo e propicia espaços de autoria de seu saber, relacionando-os com seu dia a dia, o aprender acontece espontaneamente e de forma prazerosa, fortalecendo seu autoconceito acadêmico, permitindo que se sinta seguro naquilo que consegue fazer e respeitando em sua individualidade. Cabe a escola mobilizar-se no sentido de adaptar-se às necessidades educacionais do sujeito e não ao contrário, em que ele, o aprendiz, que verdadeiramente precisa de auxílio, esforça-se em adaptar-se de forma isolada à estrutura escolar (ZILLOTTO, 2007, p. 84).

A escola deve ser aberta, democrática, pluralista e de qualidade, porque a escola, assim como a sociedade precisam se conscientizar de seus papéis, ajudando na luta pela inclusão de todos os alunos, com ou sem deficiência.

Deve-se trabalhar com toda a comunidade escolar sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais, onde não cabe apenas à escola a exclusiva tarefa de fazer acontecer à inclusão, mas sim à família, sociedade e comunidade civil.

A escola não deve se esquivar da responsabilidade, onde a mesma precisa encontrar parcerias sociais para o desenvolvimento e inserção desses alunos na escola, no mercado de trabalho, na vida social.

## **2.4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Em nome da igualdade de atendimento, muitos teóricos radicais, defendem a inclusão escolar de forma simplista; é só colocar esse aluno na classe comum e tudo se resolve.

A fim de que a inclusão seja de fato concretizada é necessário que os sistemas educacionais rompam paradigmas.

A inclusão beneficia a todos, deficientes ou não, que podem desenvolver sábios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade.

Pensar na escola que atenda a realidade do aluno é votá-la ao procedimento de suas necessidades como ser humano que merece ser construído pelo processo educativo que lhe é oferecido, através de um conjunto de saberes que somatizados, é favorável ao desenvolvimento das inúmeras dimensões atendidas pelo processo educativo.

As políticas de educação inclusiva buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de todos os alunos na escola comum, independentemente das particularidades de cada um. A educação inclusiva garante a qualquer criança o acesso ao ensino.

De acordo com Fonseca (2003, p. 104), “educar uma criança com necessidades educacionais especiais ao lado de crianças consideradas normais é um dos principais basilares da sociedade democrática e solidária”.

Na educação inclusiva o procedimento educativo é percebido como uma ação social em que todas as crianças com necessidades especiais têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal, de acordo com as necessidades de cada educando.

Mantoan afirma que a escola inclusiva:

[...] provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (MANTOAN, 2003, p. 32).

O espaço escolar, hoje, tem que ser visto como espaço de todos e para todos. Este novo redesenho da escola implicará na busca de alternativas que garantam o acesso e permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior.

Assim, é preciso de uma escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar. Uma escola que não tenha medo de arriscar, mas muita coragem de criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, necessário à inclusão.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi elaborada a partir da análise de referenciais teóricos buscados em livros, artigos eletrônicos, periódicos e revistas.

Objetivando ampliar o entendimento sobre o assunto a partir da síntese e da estruturação conceitual do tema.

Sendo uma pesquisa bibliográfica qualitativa foi possível identificar diversos autores que tratam do assunto e que contribuiram para aprofundar o conhecimento.

Segundo PARRA E SANTOS: “Qualquer que seja o campo a ser pesquisado, sempre será necessária uma pesquisa bibliográfica, para se ter um conhecimento prévio do estágio em que se encontra o assunto”. (PARRA FILHO & SANTOS, 1998 p. 45). A pesquisa bibliográfica nesse processo determinou uma maturidade do tema pesquisado, contribuindo para um entendimento mais aprofundado sobre a importância do desenvolvimento na educação especial.

Essa pesquisa amplia e aprofunda o conhecimento, através da contribuição dada por diversos autores, fazendo assim, um diálogo de ideias, objetivando esclarecer questionamento do objeto de estudo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar do crescimento das matrículas de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas de ensino regular, o preparo de professores e a estrutura física e pedagógica ainda é deficitária. Muitas adaptações precisam ser implantadas, para que ocorra uma verdadeira inclusão.

Sabe-se que a aceitação do diferente é algo difícil em nossa sociedade, pois ainda prevalece o estereótipo que o padrão correto para estar inserido na sociedade é o “normal”.

A elaboração de livros e materiais pedagógicos adequados às diferentes necessidades, profissionais comprometidos e capacitados, adaptação das escolas para que os alunos especiais possam nelas transitar e oferta de transporte escolar adaptado, são alguns dos artefatos que podem auxiliar na inclusão.

Portanto, é necessário que a nossa política educacional esteja voltada para a heterogeneidade. Entretanto, é imprescindível ressaltar que, embora fundamentais sejam os dispositivos legais, não devemos excluir outras fontes de mudanças.

As pressões da sociedade por uma educação efetivamente democrática, são essenciais na implementação de políticas e práticas de ensino que traduzam na inclusão, na participação e na construção da cidadania.

Com este trabalho foi possível perceber que muito ainda tem que ser feito, para que ocorra uma inclusão verdadeira, no sentido geral da palavra, que é preciso se colocar no lugar do outro para sentir o que pode ser feito, e que não ocorreu até hoje.

O presente estudo demonstrou que o desafio que confronta a escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia centrada na criança com necessidades especiais, capaz de educar a todas com sucesso.

É necessário que cada profissional tenha consciência do seu papel como elo transformador das desigualdades estabelecidas pelas diferenças, para que essas não sejam vistas como obstáculos e possam ser tomadas para uma transformação

social que permita um lugar digno a todos.

É preciso então, continuar na luta por uma educação de qualidade para todos, por uma escola que satisfaça as necessidades educacionais de todos os educandos.

Se cada um pudesse mudar seu olhar, mudar sua visão sobre vários problemas encontrados na sociedade, com certeza o mundo seria melhor, com igualdade e fraternidade entre todos os povos.

Observar uma deficiência não como um atraso de vida, e sim, buscando algo para ajudar o portador de necessidades educativas especiais, ajudaria muitas famílias a encontrarem amparo e força para buscar soluções e ajuda a essas pessoas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

**Declaração De Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.

GUIMARÃES, Tânia Mafra (org). **Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Minas Gerais, 2003.

MEC/ Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC, 2002.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PARRA, F.D. & SANTOS, J.A. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998.

PAN, Miriam. **O Direito a Diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: IBPEX, 2008.

PAN, Mirian. **O direito à diferença**. Curitiba: IBPEX. 2010.

RODRIGUES, D. Dez idéias (mal)feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. Pp. 209-318. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

ZILLOTTO, Gisele Sotta. **Fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais**. Curitiba: IBPEX, 2007.